

**Representações sociais de jovens em assentamentos rurais da Zona da Mata de  
Alagoas**

**Social representations of young people in rural settlements in the Zona da Mata of  
Alagoas**

**Representaciones sociales de jóvenes en asentamientos rurales de la Zona Mata de  
Alagoas**

Recebido: 06/10/2020 | Revisado: 13/10/2020 | Aceito: 14/10/2020 | Publicado: 17/10/2020

**Géssika Cecília Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3178-0711>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: [gessikacecilia@hotmail.com](mailto:gessikacecilia@hotmail.com)

**Maria Eduarda Lino da Costa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5359-0639>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: [mariaeduardacosta54@hotmail.com](mailto:mariaeduardacosta54@hotmail.com)

**Resumo**

Quando se fala em juventude rural, muitos trabalhos abordam o processo de sucessão familiar e expectativas de vida dentro do meio rural. Assim, é necessário analisar como os jovens que vivem no contexto do “rural” se definem e se percebem situados em uma conjuntura histórica própria e com problemas específicos. O presente trabalho objetivou compreender as percepções, vivências e representações sociais de jovens que moram em assentamentos rurais na Zona da Mata de Alagoas acerca da agricultura familiar e dos processos de socialização nos âmbitos da educação, do trabalho, familiar e na participação política. Para a coleta dos dados foram aplicados questionários com trinta e dois jovens que residem nos assentamentos. Assim, percebeu-se que há uma baixa perspectiva de aumento da escolaridade e produção de renda no meio rural, que é conflitante com o desejo de permanência desses jovens em sua comunidade. Ficou evidente que a maioria gosta de morar na comunidade rural e de participar do trabalho no campo; bem como é grande o percentual dos que pretendem dar continuidade ao trabalho dos pais nos assentamentos e continuar morando neles. A participação em associações e cooperativas é baixa, mas em movimentos sociais é mais representativa. Além

do desejo de permanência no ambiente rural, é grande a expectativa de concretização dos objetivos permanecendo nos assentamentos.

**Palavras-chave:** Representações sociais; Juventude; Assentamentos rurais.

### **Abstract**

When talking about rural youth, many works address the family succession process and life expectations within the rural environment. Thus, it is necessary to analyze how young people living in a “rural” context define themselves and perceive themselves as situated in their own historical context and with specific problems. The present work aims to understand how the perceptions, experiences and social representations of young people who live in agricultural settlements in the Zona da Mata de Alagoas about family farming and the processes of socialization in the fields of education, work, family and political activity. To collect data, questionnaires were used with thirty-two young people who lived in the settlements. Thus, we realize that there is a low prospect of increased schooling and income production in rural areas, which is in conflict with the desire of these young people to remain in their community. It was evident that the majority likes to live in the rural community and participate in work in the field; as well as a large percentage of those who intend to continue their parents' work in the settlements and continue to live in them. Participation in associations and cooperatives is low, but in social movements it is more representative. In addition to the desire to remain in the rural environment, there is a great expectation of achieving the permanent objectives in the settlements.

**Keywords:** Social representations; Youth; Rural settlements.

### **Resumen**

En lo que respecta a la juventud rural, muchos trabajos abordan el proceso de sucesión familiar y las expectativas de vida dentro de las zonas rurales. Por tanto, es necesario analizar cómo los jóvenes que viven en el contexto de lo “rural” se autodefinen y se perciben como situados en su propio contexto histórico y con problemas específicos. El presente estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones, vivencias y representaciones sociales de los jóvenes que viven en asentamientos rurales de la Zona da Mata de Alagoas sobre la agricultura familiar y los procesos de socialización en los campos de la educación, el trabajo, la familia y la participación política. Para la recolección de datos se aplicaron cuestionarios a treinta y dos jóvenes que viven en los asentamientos. Así, se advirtió que existe una baja perspectiva de aumento de la escolaridad y la producción de ingresos en las zonas rurales, lo

que está en conflicto con el deseo de estos jóvenes de permanecer en su comunidad. Se evidenció que a la mayoría le gusta vivir en la comunidad rural y participar en el trabajo de campo; así como un gran porcentaje de quienes pretenden continuar el trabajo de sus padres en los asentamientos y seguir viviendo en ellos. La participación en asociaciones y cooperativas es baja, pero en los movimientos sociales es más representativa. Además del deseo de permanecer en el medio rural, existe una gran expectativa de lograr los objetivos que quedan en los asentamientos.

**Palabras clave:** Representaciones sociales; Juventud; Asentamientos rurales.

## 1. Introdução

Atualmente, quando se fala da juventude rural, muitos trabalhos abordam o processo de sucessão familiar e expectativas de vida dentro do meio rural. Estudos revelam mudanças no padrão de sucessão do meio rural, em que os jovens, cada vez mais, buscam oportunidades de vida no meio urbano, “entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão).” (Brumer, 2006, p. 36).

Assim, é necessário analisar como os jovens que vivem no contexto do “rural” se definem e se percebem situados em uma conjuntura histórica própria e com problemas específicos. Isso porque é preciso que estes indivíduos se reconheçam enquanto unidade e sejam capazes de agir politicamente de maneira relativamente autônoma para alcançar interesses comuns à classe a qual pertencem na sociedade, sendo agentes de uma transformação social que resgate o desenvolvimento no campo da agricultura familiar.

A pesquisa em questão foi pautada no interesse de entender as relações sociais e vivências entre os jovens que vivem no contexto do “rural”, em assentamentos na Zona da Mata Alagoana (nos municípios de Murici e de União dos Palmares), para assim cotejar as representações sociais deste grupo. Assim, objetivou compreender as percepções, vivências e representações sociais dos jovens acerca da agricultura familiar e dos processos de socialização nos âmbitos da educação, do trabalho, familiar e na participação política. Para a coleta dos dados realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória sobre o tema. Em seguida, realizou-se a aplicação de um questionário com 32 (trinta e dois) jovens que residem nos assentamentos ‘Dom Hélder Câmara’ e ‘Padre Emilio April’, situados nos municípios de Murici e de União dos Palmares, Alagoas.

## 2. Metodologia

O estudo apoiou-se na necessidade de compreensão e problematização de como o jovem se vê e se sente no ambiente rural. Esta pesquisa é de cunho qualitativo, buscando-se informações sobre experiências, representações, opiniões e significados. Utilizamos dados quantitativos em alguns momentos para compor o perfil dos informantes, porém o foco do trabalho recai principalmente sobre os aspectos qualitativos, e a amostra selecionada não intenta fazer generalizações.

Assim, como primeira forma de coleta de dados realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória sobre o tema. Em seguida, realizou-se a aplicação de um questionário com 32 (trinta e dois) jovens que residem nos assentamentos ‘Dom Hélder Câmara’ e ‘Padre Emilio April’, situados nos municípios de Murici e de União dos Palmares, Alagoas.

O questionário apresenta-se como uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p. 128). A escolha por tal opção metodológica se deve à possibilidade de atingir um maior número de pessoas, por permitir uma maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, e ainda por garantir maior segurança aos sujeitos pesquisados devido ao fato de as respostas não serem identificadas (Marconi & Lakatos, 2003).

Segundo o Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Alagoas (INCRA-AL), César Lira, existem 178 assentamentos em Alagoas, além das 69 comunidades quilombolas (A grande..., 2018). Assim, a escolha dos assentamentos para esta pesquisa, bem como dos jovens respondentes, se deu através do critério de acessibilidade, em que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.” (Gil, 1999, p. 104). O período de coleta dos dados ocorreu entre março e agosto de 2019.

Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, que busca descrever e interpretar sistematicamente o conteúdo existente em documentos e textos, seja de forma qualitativa ou quantitativa, reinterpretando e compreendendo os significados que vão além de uma leitura simples e comum. Para Bardin (1995, p. 42), a análise de conteúdo se refere a “técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e

objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1 A juventude rural enquanto categoria**

A caracterização do que é juventude e como esta categoria social pode ser definida é um dos principais desafios de quem estuda os processos sociais envolvendo este grupo. Ariès (1978) aponta que a caracterização social da juventude, da forma como ela se apresenta hoje, surgiu com a consolidação do capitalismo e com o surgimento da sociedade moderna; esse acontecimento histórico resultou na reorganização dos núcleos familiares e das relações com as Instituições Sociais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota como faixa etária para classificação de juventude, para fins estatísticos, a população entre 15 e 24 anos de idade. Essa também é a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1985. Já de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), adolescente é aquele com faixa etária de 12 a 18 anos. Por sua vez, a Organização Ibero-Americana da Juventude e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) definem como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

O Estatuto da Juventude ainda organiza a categoria “juventude” em três subcategorias de acordo com diferentes faixas etárias: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, denominados jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, denominados jovens-adultos. A partir desta divisão, em termos de leis, percebe-se que o primeiro grupo está resguardado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto os dois últimos não.

Embora a discussão sobre o que é e como se define juventude seja ampla, é importante salientar que, apesar de compor uma mesma faixa etária, a juventude possui características diferenciadas e que, quando se trata juventude em uma abordagem macro e panorâmica do grupo, usa-se um todo homogêneo esquecendo que dentro desta categoria podem, e irão existir, características sociais que irão findar em realidades sociais diversas, construindo representações sociais coletivas diferenciadas. Nessa perspectiva,

[...] a juventude tem como clássicas definições delimitadoras: faixa etária; ambiente rural ou urbano; maturidade/imaturidade, através do uso de variáveis biológicas e psicológicas; critérios socioeconômicos, como renda, dependência econômica, escolarização, casamento, paternidade/maternidade; estado de espírito; estilo de vida e setor da cultura (Menezes, 2016, p. 63).

Em um debate sobre as definições sociológicas de “juventude”, Weisheimer (2009) afirma que os limites etários são arbitrários e, no campo dos estudos sociológicos, a formação do conceito de juventude significa a atribuição de papéis sociais distintos. Assim sendo, por mais que os recortes etários sejam necessários à definição de “juventude”, deve ser correlacionada com representações sociais coletivas que estabelecem papéis sociais a grupos etários distintos.

As identidades coletivas serão formadas a partir de características como gênero, etnia, diferenças de classes sociais e até mesmo diferenças geográficas e culturais. A partir disso, algumas literaturas começam a utilizar-se do termo “juventudes” pela necessidade de tratar identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um. “O plural na referência à Juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro” (Instituto Pólis & Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2005, p.8).

No que se refere à juventude rural, segundo o último Censo do IBGE, realizado em 2010, os jovens ocupam um quarto da população do país, mas apenas 15,2 % vivem no campo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Dentro da categoria “juventude”, a juventude rural é vista “por uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço de precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento” (Weisheimer, 2009, p. 110).

A definição de rural como antagônico ao sentido de urbano não é o bastante para a determinação de um referencial, uma vez que os critérios geográficos são insuficientes para a criação de uma categoria social, então se busca o entendimento sobre a dicotomia rural-urbano a partir das dinâmicas sociais estabelecidas pelos indivíduos presentes nesses meios. A abordagem dicotômica tem como referência Sorokin, Zimmermann & Galpin (1986), que destacam as diferenças entre rural e urbano, a partir dos seguintes elementos:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na

densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação; e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração. (Marques, 2002, p.100).

O desafio de se definir Juventude Rural enquanto categoria é tão grande quanto o de se definir a juventude quanto categoria social, mas neste tema Castro & Carneiro (2007) apontam que não se pode trabalhar com juventude rural como se esta viesse a ser uma subcategoria da juventude propriamente dita. Considerando o termo “juventudes” e reconhecendo as singularidades das dinâmicas sociais do meio rural, é necessário estudar e analisar como o jovem que vive no contexto do “rural” se entende e entende a sociedade que o rodeia.

Quando se analisa Juventude Rural, enquanto categoria, muitos trabalhos que passam a tomar como objeto de estudo as questões da juventude rural como um campo relativamente novo em relação ao estudo mais genérico sobre juventude tratam do êxodo rural juvenil, dos fatores de expulsão da atividade agrícola e dos atrativos dos centros urbanos, e ainda de como o problema da migração afeta a reprodução e a continuidade dos sistemas de unidade de produção familiar.

A necessidade destes indivíduos se reconhecerem enquanto unidade e serem capazes de agir politicamente de maneira relativamente autônoma para alcançar interesses comuns à classe a qual pertencem na sociedade, e de como podem ser agentes de uma transformação social que resgate o desenvolvimento no campo da agricultura familiar são o foco de programas sociais e políticas públicas que visam manter o jovem no campo e empoderá-lo quanto a sua capacidade de inovação e liderança.

### **3.2 Agricultura familiar e sucessão rural**

A história do Brasil é a história da luta pela terra. Desde o período colonial, o poder nas terras Tupiniquins é correlacionado com a posse da terra e este processo histórico reflete diretamente na constituição agrária do país e nas atuais distribuições de terra.

O primeiro modelo latifundiário implantado aconteceu por meio da divisão do Novo Mundo em quinze grandes faixas de terra pela Coroa Portuguesa e entregue a doze donatários portugueses para colonização e exploração. A esses donatários ainda lhes cabiam a passagem de suas terras dos pais para os filhos, e nasceram assim as conhecidas Capitânicas Hereditárias. Depois do modelo das Capitânicas Hereditárias rapidamente se



desenvolve o Regime das Sesmarias, responsável pela instalação da “*plantation*” que perdura até hoje na colônia.

Por fim, o atual modelo de latifúndio, que foi forjado desde o período colonial, se concretiza no Brasil por meio da Lei de terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, lei esta que depois da declarada “independência” da coroa portuguesa em 1822, estabeleceu a compra como único acesso possível à posse legítima da terra. Desse modo, as terras acabaram por permanecer em posse dos grandes proprietários latifundiários, que possuíam capital econômico para realizar a compra e excluía a possibilidade de posse dos pequenos produtores e lavradores que trabalhavam nas terras.

O modelo de colonização latifundiária terminou impedindo que a população rural pobre obtivesse acesso à terra, caracterizando grande desigualdade no meio rural. Sob o modelo latifundiário e o sistema de monocultura, o Brasil reflete os problemas de desigualdade que resultam da adoção da produção nos moldes da agricultura extensiva.

Em 1964 surge o Estatuto da terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964); este foi criado com o objetivo de garantir a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura no país. Atualmente pode-se constatar que o primeiro objetivo pouco saiu do papel, e quanto ao desenvolvimento da agricultura, quando relacionado ao agronegócio e financiamento dos grandes latifúndios, continuou se consolidando fortemente no Brasil.

Segundo o IBGE, no Censo Agropecuário 2017, quase 70% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil tem entre 1 e 50 hectares e 17% tem entre 50 e 10.000 hectares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Em Alagoas, segundo dados da SEPLAG (2016), 64% da área ocupada com agricultura no estado têm entre 100 e 1.000 hectares ou ultrapassam os 1.000 hectares. Estes dados retratam a desigualdade de acesso à terra, e fazem com que se analise como o desenvolvimento da agricultura familiar é influenciado por este modelo e como isto vai refletir em questões como o êxodo rural e a sucessão familiar.

“No Brasil, a produção familiar sempre foi um setor marginalizado, disputando com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do país.” (Alagoas, 2016, p. 9). A falta da aplicação efetiva das políticas públicas existentes, a mecanização do campo, a má distribuição de terras e os grandes pacotes tecnológicos que chegam ao meio agrícola historicamente fizeram e ainda fazem com que estes produtores muitas vezes não tenham condições de se autossustentar enquanto unidade de produção familiar.



Dos fatores que contribuíram para o êxodo rural, a mecanização é tida por diversos trabalhos que abordam historicamente esse processo como o principal fator de migrações definitivas, pois provocou a exclusão do pequeno produtor e este se viu atingido por uma política que mais favorecia o agronegócio. Esse fenômeno atingiu pessoas de todas as idades, pois famílias inteiras se mudaram neste período, tornando a área de produção rural uma área anecúmena.

Mas não se pode falar, de maneira geral, numa reversão da tendência observada desde 1940: a partir de então, a cada década, mais de um terço da população residente no meio rural no início do período migrava em direção às cidades. Durante os anos 1980 foram mais de 12 milhões de pessoas e, na primeira metade da década de 1990, o êxodo já atingiu 5,6 milhões de indivíduos. (Abramovay, 1999, p. 4).

O alto fluxo migratório aumenta a concentração nos grandes centros urbanos, principalmente nas periferias, que são geralmente os locais que mais recebem os indivíduos que migram em consequência do êxodo rural. Este movimento afeta o desenvolvimento da agricultura familiar e causa o inchaço urbano nas capitais, pois faltam investimentos e há reduzido planejamento do Estado na ampliação da infraestrutura urbana.

A partir deste cenário histórico, os movimentos sociais em prol da obtenção da posse de terras para agricultura familiar surgem com o objetivo de reverter a concentração latifundiária. As Ligas Camponesas se estruturam na década de 1950, possuindo como principal objetivo a organização dos trabalhadores rurais em busca de leis de reforma agrária, visando à redistribuição de terras. O movimento segue até 1964, período em que se instala no país a Ditadura Militar.

Após a ditadura, outros movimentos surgem voltando a reivindicar o direito à terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindica a realização da reforma agrária através da redistribuição de terras dos grandes latifúndios e o uso de terras improdutivas para o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como geração de emprego e renda no campo. Além do MST, alguns grupos se destacam nesta conjuntura, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O MMC é um movimento feminista, autônomo, popular e de classe formado por mulheres camponesas, que lutam pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. A CPT é uma organização vinculada à Igreja Católica, que busca enquanto pastoral a

retomada do trabalho de base junto aos povos da terra e das águas nos seus processos coletivos na conquista dos direitos e da terra; “a CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização” (Comissão Pastoral da Terra, 2019, s/p).

É neste cenário histórico-social de concentração de terras e desigualdades que se faz necessário entender e discutir as dinâmicas ligadas à reprodução das unidades de produção familiar, o processo de sucessão familiar dentro destas unidades, em especial dentro dos assentamentos de reforma agrária e qual o papel da juventude neste espaço. Souza *et al.* (2016) atentam para necessidade da inserção dos jovens nos movimentos de resistência camponesa e de como a renovação das lideranças e o repasse do conhecimento das lutas de classe são essenciais para a continuação da reforma agrária no país:

A discussão acerca da sucessão geracional da família camponesa é prioritária para a continuidade dos movimentos sociais camponeses e de assentados, para a continuidade da reforma agrária e para a democratização da terra, pois não se trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas trata também da reposição de lideranças e de dirigentes em todas as instâncias dos movimentos sociais, trata também da reposição da força de trabalho em assentamentos com relativo tempo de ocupação, nos quais os assentados então passando por um processo de envelhecimento; reposição essa que a luta pela terra e a reforma agrária exigem. (Souza *et al.*, 2016, p. 3).

Além do tocante político, a inserção da juventude dentro da dinâmica da agricultura familiar é uma questão estratégica para o repasse e a continuação dos saberes populares camponeses, bem como a segurança e a soberania alimentar do país, pois cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2017). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2018), o faturamento anual da agricultura familiar é de cerca de US\$ 55,2 bilhões ao ano, o que coloca o Brasil ainda entre os dez maiores produtores mundiais apenas com a produção agrícola familiar nacional.

A problemática do êxodo rural juvenil, quais questões estão envolvidas neste processo, quais as consequências do êxodo para a agricultura familiar, como este jovem se vê e o que ambiciona para o seu futuro são objeto de pesquisa para muitos estudiosos. Esse êxodo rural muitas vezes acaba por deixar os estabelecimentos rurais sem sucessores e, segundo Brumer (2006), a sucessão familiar, no contexto da agricultura familiar, é considerada de extrema importância não só diretamente para os membros da família

propriamente dita, como também para a reprodução destas unidades de produção no decorrer dos anos.

Os fatores de expulsão e de atração da atividade agrícola também estão relacionados à escolha de permanecer na unidade de produção familiar ou não. Segundo Brumer (2006), provavelmente, quando se toma a decisão de migrar, os fatores de expulsão são anteriores aos de atração “entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão)” (Brumer, 2006, p. 36).

Na sociedade contemporânea é de grande importância pensar como a dicotomia do rural e do urbano se apresenta na vivência dos jovens que vivem em comunidades rurais, mas que também se inserem dentro de um mundo tecnológico e globalizado.

A sucessão da unidade de produção familiar é uma questão tida como inerente ao processo de reprodução social do campesinato, o que dentro do viés agroecológico se configura como a reprodução de costumes, saberes e tradições. Tendo em vista o conhecimento sobre os padrões migratórios e a perspectiva dos jovens sobre o meio agrícola são necessários estudos que analisem “o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso as atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos” (Brumer, 2006, p. 41), buscando, assim, diminuir o êxodo juvenil das unidades de produção familiar e as questões ligadas à realocação dos migrantes nos grandes centros urbanos. Estas ações, conseqüentemente, aumentam as condições de desenvolvimento e criação de renda em áreas agrícolas e diminuem os fatores de expulsão.

### **3.3 Compreendendo a noção de representações sociais**

Para Jodelet (1989), as representações sociais são fenômenos que estão ativos e agem na vida social, através de crenças, valores, atitudes, opiniões; ou seja, são saberes que refletem o estado da realidade. Assim, “a observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais.” (Jodelet, 1989, p. 1).

Crusoé (2004) ressalta que o primeiro autor a tratar da temática (representações sociais) foi Émile Durkheim (1989), como ‘representação coletiva’, enfatizando que “[...] as

representações coletivas, por serem fruto dos acontecimentos sociais, se constituem em fato social e, como tal é resultado de uma consciência coletiva e não de uma consciência individual” (Crusoé, 2004, p. 106). Nessa perspectiva, há uma distinção entre representação coletiva (do domínio da sociologia) e representação individual (do domínio da psicologia).

Nas pesquisas que utilizam a Teoria das Representações Sociais, um dos autores mais utilizados é Serge Moscovici. Para ele, “[...] a Representação Social é uma construção que o sujeito faz para entender o mundo e para se comunicar” (Crusoé, 2004, p. 108). Os estudos de Moscovici (2010), então, se concentram na relação entre sujeito e objeto, bem como ocorre o processo de construção do conhecimento, individual e coletivo, na construção das representações sociais. Assim, “[...] as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla dimensão, Sujeito e Sociedade” (Crusoé, 2004, p. 106).

Conforme Jodelet (1989), as representações sociais podem ser reconhecidas como sistemas de interpretação que orientam nossa relação com o mundo e com as outras pessoas. Organizam as comunicações sociais e as condutas, bem como interferem na definição das identidades pessoais e sociais, e na assimilação dos conhecimentos. Para a autora,

De fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto. (Jodelet, 1989, p. 5).

Para Moscovici (2010), as representações sociais também são mais do que ações sociais, além disso, são construções das vivências entre os sujeitos. Deste modo, representações sociais são saberes praticados pelo senso comum e originados por meio de determinados vínculos ou relações em comunidade, ou seja, individual e coletivamente. O conhecimento, por esse viés, se origina do diálogo, bem como da troca e da transmissão de informações; assim só há compreensão do individual e do social em sua inter-relação.

Jodelet (1989), então, aponta quatro elementos ligados à representação social:

- A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito).
- A representação social está com seu objeto numa relação de "simbolização", ela toma seu lugar, e de "interpretação", ela lhe confere significações.
- A representação apresenta-se como uma "modelização" do objeto diretamente legível em, ou inferido de, diversos suportes lingüísticos, comportamentais ou materiais.

- Qualificar esse saber de "prático" se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais se insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais. (Jodelet, 1989, pp. 9-10).

Além disso, é fundamental compreender a finalidade das representações sociais nas práticas e relações sociais:

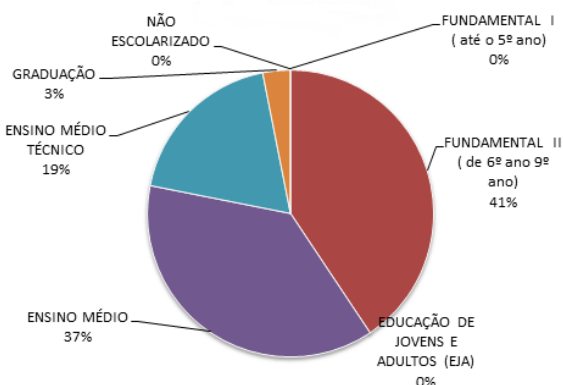
- 1) Função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade. Elas permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.
- 2) Função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. As representações têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados.
- 3) Função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. A representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.
- 4) Função justificadora: por essa função as representações permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm por função preservar e justificar a diferenciação social, e elas podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles. (Abric, 2000, p. 28 apud Reis & Bellini, 2011, p. 152).

Assim, o escopo deste trabalho é compreender as relações sociais e vivências entre os jovens que vivem no contexto do "rural", analisando como se definem e se percebem situados em uma conjuntura histórica própria e com problemas específicos.

### **3.4. Dados da pesquisa**

Os informantes da pesquisa têm idades entre 14 e 29 anos. Dos 32 respondentes, 47% são do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Quanto ao estado civil, 22% se apresentaram como casados e 78% como solteiros. Ainda 28% declararam ter filhos. Quanto à escolaridade, 41% possuem o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano), 19% Ensino Médio Técnico, 37% Ensino Médio Regular e apenas 3% possuem graduação, como pode ser observado no Gráfico 1:

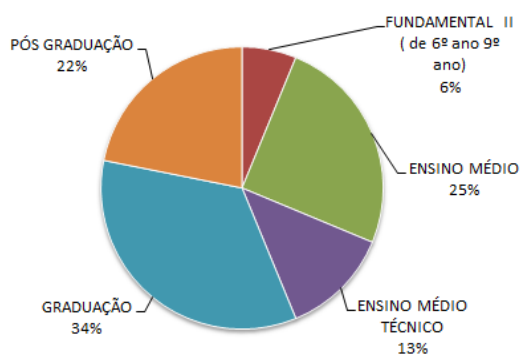
**Gráfico 1. Escolaridade.**



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos respondentes, todos afirmaram que pretendem continuar os estudos. Assim, questionados sobre suas pretensões acadêmicas, 34% desejam chegar a uma graduação e 22% almejam uma pós-graduação. Por outro lado, 38% querem continuar até o Ensino Médio Regular ou Ensino Médio Técnico e 6% permanecerem com Fundamental II. Isso demonstra uma baixa perspectiva de aumentar a escolaridade, conforme verificado no Gráfico 2:

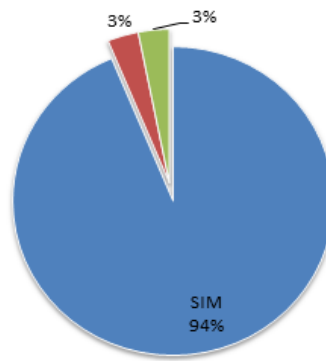
**Gráfico 2. Perspectivas de continuação dos estudos.**



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Com relação à identificação com o lugar em que moram, 94% dos jovens informantes disseram gostar da comunidade que residem, 3% não gostam e 3% dizem gostar “um pouco”, como se pode perceber no Gráfico 3:

**Gráfico 3.** Identificação com o lugar em que moram.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Considerando que as representações sociais, para Abric (2000), têm a função de definir a identidade e proteger a especificidade dos grupos, são diversas as justificativas para gostarem do assentamento; estas vão desde a luta dos seus pais na obtenção da terra para obter trabalho e sustento, como se percebe na narrativa: *“Nasci aqui e mim criei, desde a minha infância vejo a luta dos meus pais para conquistar o que temos, como não mim sentir bem em um lugar onde está toda minha historia de vida”* (Informante 3); ou até a memória afetiva do lugar e a relação com a natureza: *“Uma experiência maravilhosa, de estar em um lugar onde mim identifico da minha ancestralidade presente, o poder estar bem juntinho da terra, cuidar e proteger. É uma obra poder morar em assentamento e nunca perder sua essência de onde veio!”* (Informante 18).

Outros justificaram que na comunidade as relações sociais são mais fáceis que nos centros urbanos e que questões como habitação, segurança e alimentação influenciam na escolha do melhor lugar para se morar: *“Porque é bom, não paga aluguel, aqui tudo que quer comer pode pegar e na rua tem que comprar”* (Informante 25); *“Eu gosto de morar aqui por que é tranquilo, é melhor que na cidade que tem roubo, e um bocado de negócio ruim”* (Informante 13).

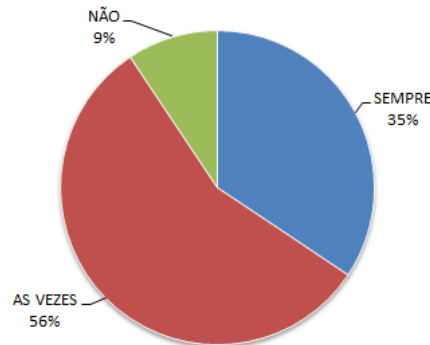
Aqueles que afirmaram gostar “um pouco” ou não gostar de morar na comunidade justificaram que os assentamentos estão longe das “facilidades” dos centros urbanos e das opções de entretenimento: *“Ter liberdade dentro do assentamento, mas não ter diversão que a cidade oferece”* (Informante 7); *“Porque tem pouca gente, é longe de tudo”* (Informante 31). Assim, é importante analisar “o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso as atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos” (Brumer, 2006, p. 41), buscando, assim, diminuir



o êxodo juvenil das unidades de produção familiar e as questões ligadas à realocação dos migrantes nos grandes centros urbanos.

No que se refere a suas contribuições na dinâmica familiar, 56% dos jovens disseram participar “às vezes” dos trabalhos no campo dentro do lote da família, 35% afirmaram participar sempre e 9% não participam, como é possível visualizar no Gráfico 4.

**Gráfico 4.** Contribuições na dinâmica familiar.



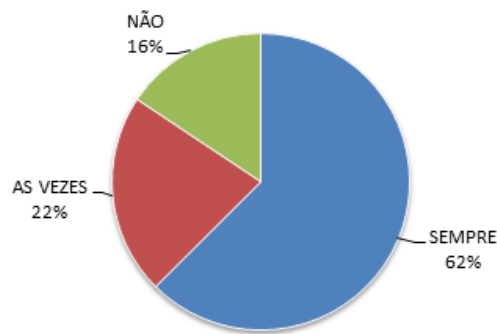
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Analisar essas questões é de suma importância, compreendendo que a inserção da juventude dentro da dinâmica da agricultura familiar é uma questão estratégica para o repasse e a continuação dos saberes populares camponeses. Por esse viés, é baixo o percentual dos jovens abordados que sempre se empenham na perspectiva de continuidade do trabalho na dinâmica da agricultura familiar.

Além disso, a análise pode ser vislumbrada a partir das questões de gênero, pois se constatou ainda que, daqueles que afirmaram sempre executar os trabalhos no campo, 64% são do sexo masculino. Mas, estabelecendo uma conexão com a questão seguinte, dos jovens que afirmaram sempre executar tarefas domésticas, 80% são do sexo feminino. Ou seja, percebemos nos dois assentamentos a reprodução de concepções enviesadas de gênero, em que homens se responsabilizam pelo trabalho fora de casa e mulheres pelos afazeres domésticos.

Assim, com relação aos afazeres domésticos, 62% afirmaram que sempre os executam em casa, 22% dizem que “às vezes” e 16% não colaboram nas atividades domésticas, como se observa no Gráfico 5.

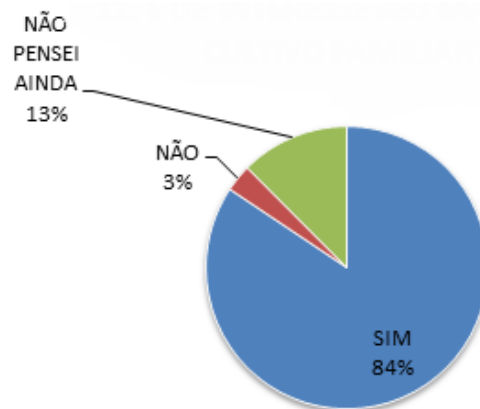
**Gráfico 5.** Participação nas atividades domésticas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quando questionados sobre o interesse em dar continuidade ao trabalho dos pais nos lotes, 84% afirmaram ter esta pretensão, 13% se posicionaram como não tendo pensado na possibilidade ainda e 3% não querem assumir a propriedade dos pais, conforme gráfico 6. Assim, o alto interesse na continuidade do trabalho rural é bastante positivo, pois possibilitam aos jovens serem agentes de transformação social que resgatem o desenvolvimento da agricultura familiar no campo.

**Gráfico 6.** Interesse em dar continuidade ao trabalho rural.

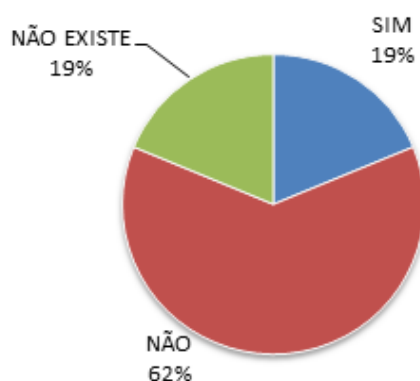


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No que concerne à participação na comunidade, suas decisões e suas representações, 81% afirmaram que existe associação de moradores e/ou cooperativa no local onde moram e 19% negaram a existência. Apesar desse percentual que negou a existência de associação de moradores e/ou cooperativa, foi constatado que existe nas duas comunidades.

Mesmo sendo constatado conhecimento da associação ou cooperativa por parte de 81% dos jovens, quando questionados quanto à sua participação nestas instituições, apenas 19% afirmaram participar e 62% não participam das atividades das associações e/ou cooperativas, como se percebe no Gráfico 7.

**Gráfico 7.** Participação em associações e cooperativas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos 19% que participam das atividades das associações, o engajamento se dá em reuniões como membros ou como filhos dos membros associados e os mesmos tentam desenvolver atividades que estimulem a participação e consolidação dos grupos de juventude: *“Faço parte da diretoria como 1º secretária e também um trabalho voluntário com toda a comunidade, crianças, jovens, adultos e idosos.”* (Informante 3); *“Não sou associada, mas como filha de sócio estou presente nas discussões. Abordando principalmente o papel participativo da juventude. Colaboro com as atividades de relatoria e construção de pauta de trabalho para os associados.”* (Informante 18); *“Fazemos grupos de estudos, reunião e encontros com a juventude.”* (Informante 27).

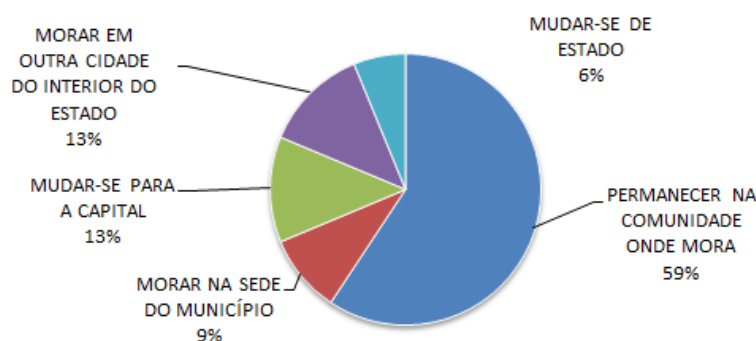
Ainda há aqueles que afirmam que falta interesse em agregar junto ao movimento de juventude por parte dos próprios jovens dos assentamentos: *“Lá há várias oportunidades de conhecimento através da associação sobre curso, mas muita gente não se interessa, e o que me inspira é minhas coordenadoras, através delas comecei a participar dos encontros, palestras e cursos e amo tudo que aprendi com elas.”* (Informante 16). Tal relato nos remete à percepção de Moscovici (2010) quanto às representações sociais, que são resultado da consciência coletiva e construções das vivências entre os sujeitos.

Quanto à participação em movimentos sociais, 41% afirmaram ter contato com algum grupo e 59% não possuem nenhum contato com movimentos sociais. O grupo que

afirmou possuir contato com movimentos sociais se divide nas atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e alguns ainda integram os dois grupos. Nessa perspectiva, Souza *et al.* (2016) atentam para a necessidade da inserção dos jovens nos movimentos de resistência camponesa e de como a renovação das lideranças e o repasse do conhecimento das lutas de classe são essenciais para a continuação da reforma agrária no país.

No que diz respeito às pretensões para a vida adulta, 59% dos respondentes almejam permanecer na comunidade onde moram, 13% desejam morar em outra cidade do interior do estado, outros 13% querem mudar-se para a capital do estado, 9% desejam morar na sede do município e 6% querem mudar-se do estado, conforme Gráfico 8:

**Gráfico 8.** Perspectivas para a vida adulta.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

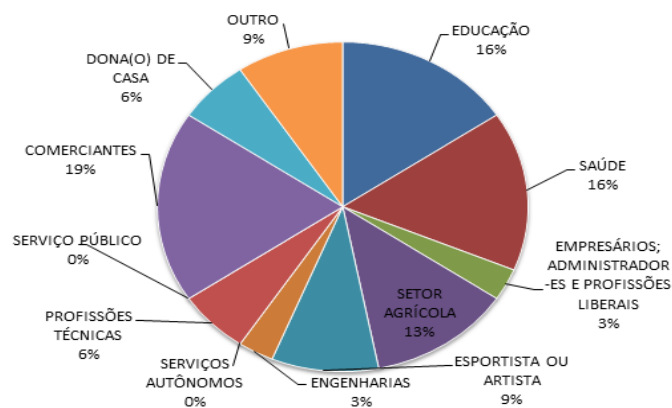
Quanto a isso, para Brumer (2006), a sucessão familiar, no contexto da agricultura familiar, é considerada de extrema importância não só diretamente para os membros da família propriamente dita, como também para a reprodução destas unidades de produção no decorrer dos anos. Assim, a permanência no assentamento é determinante para a continuidade do desenvolvimento da agricultura familiar no campo.

As principais justificativas apontadas dos que desejam sair do assentamento são a falta de oportunidades e a dificuldade em se estudar para conseguir um bom emprego e uma boa qualidade de vida morando lá: *“Aqui não temos muitas oportunidades de estudo, o máximo é concluir o ensino médio, se quisermos algo a mais temos que ir pra Maceió. Se eu for estudar na capital tenho que morar lá ou então pagar transporte.”* (Informante 31). De fato, nos estudos sobre êxodo rural juvenil, são ressaltados os fatores de expulsão da atividade agrícola e dos atrativos dos centros urbanos, e ainda de como o problema da

migração afeta a reprodução e a continuidade dos sistemas de unidade de produção familiar.

As escolhas referentes às profissões que os jovens desejam seguir são diversas, destacando-se as áreas de comércio, que atraem 19% dos jovens, educação e saúde, ambas correspondendo a 16% do interesse, artistas ou esportistas correspondem a 9%, profissões técnicas e ser dona(o) de casa correspondem a 6% do interesse, como se visualiza no Gráfico 9:

**Gráfico 9.** Áreas que pretendem trabalhar.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nessa perspectiva, para Jodelet (1989) as representações sociais agem na vida social através de crenças, valores e opiniões; circulam nos discursos e são cristalizadas nas condutas. Assim, a diversidade de áreas mencionadas pelos jovens e o percentual significativo dos que pretendem morar em outros locais diferentes dos assentamentos confirmam a falta de engajamento em associações, cooperativas e movimentos sociais, o que fortaleceria a consciência coletiva e reforçaria a definição da identidade, mesmo que 94% tenham afirmado, inicialmente, que se identificavam com o lugar em que moram.

Quando questionados sobre o que é necessário para que consigam alcançar seus objetivos profissionais, muitos jovens apontam o investimento em educação e a necessidade de articulação com o poder público para melhoria de oportunidades, como disponibilizar condições de deslocamento tornando possível o ingresso em uma universidade, por exemplo, e conseguirem mudar a realidade do próprio local onde moram. Outros citam “empenho”, “vontade”, “oportunidade” e “dedicação” como pré-requisitos. O dinheiro e conciliar o trabalho no lote com o estudo também são fatores importantes, como observamos nas narrativas:

*“Investimento na educação” (Informante 7); “Mais investimento do Estado em educação, saúde e assistência social pública interligadas à políticas públicas de qualidade e respectivos ao desenvolvimento ideológico social-participativo trabalho de formação para além do mercado de trabalho focado numa práxis transformadora sem opressões e hegemonia de classes. Onde possamos todas sermos reconhecidas como agentes transformadores” (Informante 18); “Não apenas para mim mais para todos que moramos aqui é preciso apoio, tanto municipal agrário e comunidade. Formar para que possamos ficar em loco com o trabalho de base e cuidar da terra; plantar; cuidar; colher e repartir!” (Informante 3); “Trabalhar para poder pagar um curso, fazer vestibular. Seria necessário que a prefeitura disponibilizasse transporte.” (Informante 31); “Eu acho que é pouco recurso aqui pra ter que estudar fazer uma faculdade boa, pra depois ter um emprego bom morando aqui, eu acho um pouco difícil em questão ao trabalho (na roça) também. Tipo só estudar não dá, tem que estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Fica um pouco difícil” (Informante 5).*

Mesmo com o descaso do serviço público e as dificuldades enfrentadas relatadas pelos jovens, 62% acreditam que é possível alcançar seus objetivos pessoais morando no assentamento.

#### **4. Considerações Finais**

O presente trabalho objetivou compreender as percepções, vivências e representações sociais de jovens que moram em assentamentos rurais na Zona da Mata de Alagoas acerca da agricultura familiar e dos processos de socialização nos âmbitos da educação, do trabalho, familiar e na participação política.

No caso dos jovens pesquisados, residentes em dois assentamentos, foi possível observar o baixo nível de escolaridade dos informantes, bem como uma baixa perspectiva de aumento da escolaridade e de produção de renda no meio rural, que é conflitante com o desejo de permanência desses jovens em sua comunidade. A falta da implementação de políticas públicas por parte dos governantes para as comunidades faz com que 56% desses jovens, que são aqueles que almejam o ensino superior, se sintam incapacitados de atingir este objetivo.

Abramovay *et al.* (2001) discute esta questão relacionando-a justamente à falta de formação educacional que auxiliaria no próprio exercício da cidadania do indivíduo, visto que

[...] é evidente que uma política fundiária voltada a estas regiões e a agricultores na faixa etária entre 18 e 30 anos terá que associar-se a métodos alternativos aos da educação formal para que o acesso à terra venha de par com uma melhora em suas capacidades profissionais.” (Abramovay *et al.*, 2001, p. 7).

Além disso, é imprescindível, como foi identificado pelos próprios jovens, investimento em capital intelectual, que advém do investimento em educação, que é um dos itens primordiais na construção de uma sociedade pensante e participativa.

Faz-se necessário, também, o aumento da participação política ativa desta juventude dentro de sua própria comunidade, nas associações de moradores, cooperativas e movimentos sociais. De um total de 32 informantes, apenas 19% possuem algum tipo de participação em associações e/ou cooperativas e 41% têm algum contato com movimentos sociais, dado que faz com que seja questionada a sucessão geracional da família camponesa e a renovação das lideranças destes grupos.

Necessita-se, primeiro, o fortalecimento político ativo *in loco*, dentro das comunidades, para que haja o empoderamento desta juventude, pois estes apresentam uma baixa representatividade político social dentro da comunidade. Este estímulo é imprescindível para que eles possam se fortalecer dentro de suas próprias identidades e cobrarem dos representantes políticos, nas esferas municipais, estaduais e nacionais, o fortalecimento e o exercício de políticas públicas que facilitem a transformação do seu espaço, a comunidade, em um espaço ativo e atuante.

A participação dos jovens na dinâmica familiar, de maneira constante, é relativamente baixa, o que pode demonstrar pouco interesse pelos trabalhos na agricultura familiar e uma ameaça à continuidade dos saberes populares camponeses. Por outro lado, um percentual significativo dos respondentes demonstrou o desejo de dar continuidade ao trabalho dos pais nos lotes, o que, se confirmado, será um passo importante no resgate e reprodução da agricultura familiar.

A discussão sobre a sucessão familiar e os padrões sucessórios leva a refletir sobre o futuro da agricultura familiar como um todo. Os estudos mostram a importância do jovem no meio rural, na reprodução dos costumes e tradições e a necessidade de mudanças que devem ocorrer tanto na organização social e econômica das unidades de produção, como na criação de políticas públicas que contemplem a juventude, pois o jovem rural deve ser percebido e caracterizado acima de tudo enquanto jovem, sujeito a influências sociais do contexto em que se encontra na sociedade moderna e não como sujeito alheio e isolado do momento histórico e social em que está inserido.



Ademais, os jovens devem ser vistos como agentes transformadores do espaço social que habitam. Os pilares do desenvolvimento camponês e agroecológico se sustentam na capacidade de justiça social e desenvolvimento do meio agrário possibilitando a soberania alimentar e a produção de base familiar. Para alcançar estes objetivos é necessário o empoderamento juvenil no campo e apresentar condições necessárias para o seu desenvolvimento.

## Referências

Abramovay, R. (1999). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 29 (1), 1-21.

Abramovay, R. *et al.* (2001). Agricultura Familiar e Sucessão Profissional: Novos Desafios. *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Recife, PE, Brasil, 39.

Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In Moreira, A. S. P., Oliveira, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 27-37. Goiânia: AB.

A grande chance: assentados da reforma agrária se preparam para entrar na universidade. *Tribuna Hoje*, Maceió, 28 jun. 2018. Recuperado de <https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2018/06/28/a-grande-chance-assentados-da-reforma-agraria-se-preparam-para-entrar-na-universidade/>.

Alagoas. (2016). *Estudo Sobre a Agricultura Familiar em Alagoas*. Maceió: SEPLAG. Recuperado de <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/bc6e26ad-d1ad-410e-baf7-9da145bffa55/download/estudo03agriculturafamiliar.pdf>

Ariès, P. (1978). *História social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brumer, A. (2006). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade, *Anais do VII Congresso latinoamericano de Sociología Rural*, Quito, Equador, 7.

Castro, E. G., & Carneiro, M. J. (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Comissão Pastoral da Terra. (2019). *Histórico*. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>.

Crusoé, N. M. C. (2004). A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. *Aprender – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação*, 2 (2), 105-114.

Durkheim, É. (1989). *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Instituto Pólis, & Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2005). *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas - Relatório Final*. Recuperado de [https://ibase.br/userimages/Relatorio\\_Final.pdf](https://ibase.br/userimages/Relatorio_Final.pdf).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo de 2010*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Resultados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017*. Recuperado de <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>.

Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In Jodelet, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris: PUF.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Marques, M. I. M. (2002). O Conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, 1 (19), 95-112.

Menezes, I. G. (2016). *No sertão da minha terra, o sentido da escolarização, as expectativas profissionais e o discurso sobre identidade e individualizações de jovens rurais estudantes do ensino médio em escolas urbanas*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, Brasil.

Ministério de Desenvolvimento Agrário. (2017). Recuperado de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>.

Ministério de Desenvolvimento Agrário. (2018). Recuperado de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>.

Moscovici, S. (2010). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Nogueira, K. ., & Grillo, M. D. (2020). Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. *Research, Society and Development*, 9 (9), e146996756.

Reis, S. L. A., & Bellini, M. (2011). Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 33 (2), 149-159.

Sorokin, P., Zimmerman, C., & Galpin, C. (1986). Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In Martins, José de Souza. *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec.

Souza, B. L. et al. (2016). *O audiovisual nos assentamentos de reforma agrária: reflexões de jovens rurais*. *Anais do Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais*, Araraquara, SP, Brasil, 7. Recuperado de <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao2/audiovisual-assentamentos-reforma-agraria.pdf>

Weisheimer, N. (2009). *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Géssika Cecília Carvalho – 50%

Maria Eduarda Lino da Costa – 50%